



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58013-251 - João Pessoa - PB

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba (TRE-PB),

SEI n. 0004943-61.2021.6.15.8000.

Assunto: Auditoria de Contas Anual do Exercício de 2020.

Unidade Cliente da Auditoria: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Examinamos, ao amparo da competência estabelecida no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, e nos termos do art. 50, inciso II e do art. 9º, inciso III, da Lei 8.443, de 16.07.1992, as demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba – TRE/PB, compreendendo o balanço patrimonial (BP) em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações das variações patrimoniais (DVP) para o exercício findo, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião adversa sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos discutidos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público.

Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis acima referidas estão afetadas de forma relevante, dada a generalização dos efeitos das distorções, quantificados e qualificados a seguir, que não estão restritos a elementos, contas ou itens específicos e representam parcela substancial das demonstrações contábeis.

1. Distorções de valor

- 1.1 **R\$ 16.705.921,98** de ativos imobilizados reconhecidos sem a identificação da existência e da situação física desses bens;
- 1.2 **R\$ 44.144,76** de despesas de depreciação registradas a maior;
- 1.3 **R\$ 4.657,35** registrado a menor de redução de ativos imobilizados devido à reavaliação.

2. Distorções de classificação, apresentação e divulgação

- 2.1 Incompletude da nota explicativa referente ao ativo imobilizado. As distorções nas divulgações representam o total do Ativo Imobilizado que em 31/12/2020 era **R\$ 42.568.803,35**, conforme [Balanço Patrimonial](#);
- 2.2 Fatos administrativos não reconhecidos contabilmente. As distorções de classificação no montante de **R\$ 395.976,44**;
- 2.3 Erro de reconhecimento contábil de ativos intangíveis no Sistema de Patrimônio – ASIweb, perfazendo uma distorção de classificação de **R\$ 336.600,00**;
- 2.4 Ausência de nota explicativa referente aos ativos intangíveis, gerando uma distorção de divulgação no montante de **R\$ 3.583.665,64**;
- 2.5 Ausência de notas explicativas referentes aos ajustes de exercícios anteriores. Isso representa uma distorção de divulgação no valor de **R\$ 1.168.905,49**;
- 2.6 Reconhecimento de atualização monetária e juros de passivos do exercício 2020 em conta contábil de ajustes de exercícios anteriores;
- 2.7 Não apresentado o conjunto completo de notas explicativas exigido pelas normas;
- 2.8 Ausência de avaliação nas Demonstrações Contábeis de continuidade da organização;
- 2.9 Gastos executados com imóvel não registrado no ativo imobilizado.

Opinião com ressalvas sobre a conformidade das transações subjacentes

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir “Base para opinião com ressalva sobre a conformidade das transações subjacentes”, as transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas e os atos

de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Base para opinião com ressalva sobre a conformidade das transações subjacentes

Foram identificados desvios de conformidade cujos efeitos descritos a seguir são relevantes, tomados individualmente ou em conjunto, mas não generalizadas nas transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas.

3. Desvios de conformidade

- 3.1 O processo de Conformidade Contábil não se encontra totalmente aderente à norma que trata do tema;
- 3.2 Declaração Anual do Contador apresenta certa desconformidade;
- 3.3 Realizada Conformidade de Registro de Gestão sem documentos que suportem determinadas operações;
- 3.4 Ausência de Conformidade de Registro de Gestão em determinadas situações analisadas;
- 3.5 Ausência de processo de gestão de riscos na Seção de Gestão de Material de Consumo (SEGMAC) e na Seção de Gestão de Patrimônio (SEGEP);
- 3.6 Ausência de segregação de função e recebimento de termos de responsabilidades no inventário 2020;
- 3.7 Inventário 2020 não encerrado até o final do respectivo exercício;
- 3.8 Não definido no sistema de gestão bens móveis e intangíveis (ASIweb) o método de depreciação para os bens móveis;
- 3.9 Comissão de Reavaliação de Bens Móveis inoperante;
- 3.10 Ausência de inventário de bens imóveis;
- 3.11 Inexistência de validação ou revisão das fórmulas, expressões aritméticas ou funções utilizadas nas planilhas de cálculo de rubricas da folha de pagamento;
- 3.12 Inexistência de validação ou revisão periódica dos dados inseridos na planilha de cálculo de rubricas da folha de pagamento;
- 3.13 Inexistência de evidências que demonstrem a segregação de função entre quem lança/elabora a folha de pagamento e quem confere;
- 3.14 Reavaliação seletiva em classes de contas do ativo imobilizado;
- 3.15 Inconsistência entre relatórios do sistema de gestão bens móveis e intangíveis - ASIweb.

Bases para as opiniões

1. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".
2. Somos independentes em relação aos atos de gestão relacionados às demonstrações contábeis e respectivas transações subjacentes, e cumprimos com as responsabilidades éticas previstas no Estatuto de Auditoria e no Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna do TRE-PB. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião adversa para as demonstrações contábeis e nossa opinião sobre a conformidade das transações subjacentes.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da entidade para o exercício findo em 31/12/2019 não foram auditadas e não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais continham distorções que poderiam afetar de forma relevante as demonstrações contábeis de 31/12/2020.

Outras informações que apresentam ou fazem referência às demonstrações contábeis

A administração do TRE-PB é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis e a conformidade das transações subjacentes não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Exceto pelos assuntos descritos na seção "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis" não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso certificado.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo setor público e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir certificado de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria no setor público sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
2. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do TRE-PB.
3. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
4. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência.

Dos assuntos analisados determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, de modo que descrevemos esses assuntos em nosso certificado de auditoria.

João Pessoa, em 29 de junho de 2021.

JOÃO DEMAR LUCENA RODRIGUES
COORDENADOR DE AUDITORIA INTERNA



Documento assinado eletronicamente por JOÃO DEMAR LUCENA RODRIGUES em 29/06/2021, às 09:37, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1050271&crc=E8B5BE27, informando, caso não preenchido, o código verificador **1050271** e o código CRC **E8B5BE27**..